

Universidade. Pedagogia. Filosofia. Uma Leitura a partir de *A angústia do Nosso Tempo e a Crise da Universidade* de António Quadros (1956)

Artur Manso

Universidade do Minho – IE/CIEd
amanso@ie.uminho.pt

Resumo: Pretendemos, com esta comunicação fazer um breve excuro sobre o papel da pedagogia universitária em tempo de crise, privilegiando a leitura da obra supra citada que data de meados do século XX.

Partindo do princípio de que a Filosofia e o seu ensino obedecem a certas especificidades devido à posição charneira que nesta perspectiva lhe é atribuída no elenco curricular, a sua didáctica deve ter uma atenção especial, pois, pese embora a acelerada evolução da civilização e da cultura, o seu conteúdo, no que é mais essencial, permanece inalterável, uma vez que desde o seu aparecimento até aos dias de hoje, como enfatizava António Quadros, “filosofar é reflectir e racionalizar”. E estas, quer se queira ou não, são as necessidades básicas do pensamento humano em todo o tempo e qualquer lugar.

Palavras-chave – Universidade, Reforma, Portugal

1. Os objectivos da presente comunicação prendem-se com a atenção ao problema da(s) crise(s) universitária(s) e aos impasses que frequentemente se vão colocando quanto à definição e utilidade desta centenária Instituição. A tensão que se gera entre a Universidade e a sociedade é a responsável pelas suas reformas e os novos enfoques de ensino e investigação que delas advêm.

Com ela queremos reflectir, principalmente, a situação portuguesa e mostrar que o problema da Universidade em Portugal nunca foi alheio às crises que a instituição sofreu nos países mais avançados e que, ao contrário do que aí ocorreu, a nossa Universidade foi sempre uma instituição estrangeirada. Aqueles que a têm conduzido procedem, quase sempre, à revelia do sentir do povo português, importando, para a nossa realidade, modelos teóricos, especulativos e mesmo práticos que nos são totalmente alheios, pois a pedagogia que percorre o seu ensino tem uma matriz importada e desfasada da nossa realidade.

Por último, o enfoque far-se-á na reflexão ou especulação filosófica, não só porque é a única que, quer se queira ou não, tem sido o motor de todas as reformas, como ainda, por os nossos decisores continuarem convencidos, apesar das lições ao longo dos tempos, que entre nós não se pensa acertadamente e se de alguma novidade quisermos ser portadores, a única solução (até aqui) advirá de copiar integralmente modelos que não nos pertencem e nada dizem ao nosso povo.

2. A Universidade é uma criação europeia que se estabeleceu na Idade Média tendo começado por se designar *Studium Generale*. Continha a Faculdade das Artes, Teologia, Direito e Medicina. Era uma corporação que se governava a si mesma, assente numa comunidade de professores e estudantes dedicados à livre pesquisa da verdade/saber.

Assim se manteve até ao século XVIII quando a autonomia face ao poder civil começou a ser posta em causa, como o demonstra a Universidade francesa que surgiu após a Revolução e,

posteriormente, na época napoleónica. A revolução francesa suprimiu as corporações e, nesse lote, surge, naturalmente, a corporação de “mestres e alunos” que tinha dado origem à Universidade. Algum tempo depois, em 1806, Napoleão criou uma “nova” Universidade com intuítos imperiais e de serviço à sua causa.

Wilhelm Von Humboldt (1767-1835), enquanto político e erudito preocupado com a formação integral da pessoa humana, em 1809 tem influência decisiva na fundação da Universidade de Berlim que fez assentar na pesquisa e transmissão de conhecimentos, atribuindo a maior importância à Filosofia e à Ciência e, mantendo a liberdade de ensinar e aprender, estabeleceu como unidade base da mesma o Instituto e o Departamento.

Portugal, mais ou menos em sintonia com o que se passava lá fora também fez as suas reformas: a joanina, a pombalina, a republicana (1911), a que surgiu nos anos setenta e a que agora se está a efectuar... todas elas marcadas pelo paradigma estrangeiro.

Desde o século XVIII a Universidade, para além de ter perdido progressivamente a sua autonomia em relação ao poder político, foi-se abrindo ao ensino das disciplinas indispensáveis à formação de professores que alimentam o ensino liceal e secundário e começou a preparar os indivíduos para o desempenho de profissões cada vez mais exigentes.

No século XX o progresso científico e tecnológico alastrava e por isso era necessário que a Universidade se abrisse aos novos desafios, tanto mais que começava a ser dominada, do ponto de vista da sua funcionalidade, pelos Estados que massificavam a sua frequência com o intuito de especializar aqueles que as frequentavam. Já no final deste século, a Universidade, de escola de elites passou a escola de massas e hoje em dia converteu-se numa espécie de escola superior de ensino profissional especializado, promovendo um saber fragmentado, assente na proliferação de áreas de pesquisa afins.

Estamos no século XXI. O tempo não se compadece com a espera. O mundo global obriga a que Portugal siga, ou melhor, que continue a seguir de maneira cega, o que os outros países vão fazendo. Mas como o tempo mostra, Portugal não pode pura e simplesmente fazer reformas miméticas porque os outros países também não as fazem. A reforma chamada de Bolonha, estranhamente, amplificou o ensino livresco que continuamos a promover, completamente alheio à nossa maneira de ser e pensar.

3. O texto que serve de base à minha reflexão foi editado em 1956. Entrávamos na segunda metade do século XX e antevia-se, de novo, a necessidade de uma profunda reforma da Universidade Portuguesa. António Quadros (1923-1993) partia do princípio de que o essencial do indivíduo assentava no espiritual e não no material, no interior e não no exterior. Em seu entender, o ensino universitário não deveria servir para formar especialistas, mas sim para fortalecer a humanidade. Da sua constatação surgia-lhe a questão: como estava, na altura, a Universidade portuguesa a lidar com os desafios a que tinha de fazer frente?

António Quadros estava ainda convicto de que qualquer tipo de ensino que não tivesse em conta o homem concreto, não surtiria nenhum efeito e o ensino universitário em Portugal continuava a criar

“...um ser postiço, de importação que nos obriga a actuar segundo caminhos e obedecendo a vozes vindas de outros climas e outras latitudes. É a obsessão do estrangeiro, é o prestígio das grandes modas e das grandes correntes de pensamento que sulcam a Europa. Na realidade o que fazemos é pôr-nos em bicos de pés para pertencer à brilhante ‘elite’ intelectual da França, da Inglaterra ou da Alemanha” (Quadros, 1956: 23-24).

Parece que Portugal foi criado para imitar os outros, mesmo sendo o país europeu que mantém a sua unidade há mais tempo... estranha contradição esta que levava Quadros, desgostosamente, a constatar: “Pretendemos bater-nos e vencer num terreno que não é de todos, mas sim de outrem. E por uma difícil operação mágica de transferência de personalidades, apropriar-nos da sensibilidade, da arte e da concepção de vida e de beleza dos outros” (ib.: 24).

O século era o vinte, mas desde a fundação da Universidade portuguesa, designada *Estudos Gerais*, no remoto ano de 1288, pela iniciativa do rei D. Dinis e confirmada em 1290 pela Bula *De Statu Regni Portugaliae*, assinada por Nicolau IV não deixaram de proliferar entre nós “...sempre com grande êxito, as escolas e os movimentos que se reclamam de ‘europeísmo’ e de ‘universalismo’ e que sob o estandarte aparente do ‘moderno’ se alistam efectivamente no estandarte de uma cultura estrangeira” (ib.: 24).

Hoje, no século XXI, acontece o que já era costume nos séculos XVIII, XIX e XX: só se pode estudar nas Universidades portuguesas, em todos os cursos e áreas, através de literatura importada. As designadas humanidades e o seu ensino não contam com a generalidade das obras traduzidas, de forma credível, para a língua portuguesa. Platão, Aristóteles, Cícero e tantos outros, continuam a aguardar que o essencial do seu labor seja vertido para português... Mas o que acontece com os clássicos universais, reproduz-se da mesma maneira nos clássicos nacionais que, na sua maioria, se encontram fora de circulação, encerrados em arquivos bafientos e de consulta muito restrita. Edições críticas dos nossos clássicos são cada vez mais raras no panorama cultural português. Hoje, no século XXI, nas diversas unidades curriculares prolifera a bibliografia estrangeirada, pondo no limbo quase todo o trabalho desenvolvido entre nós. Poderemos comparar com os nossos vizinhos espanhóis, franceses ou alemães... e ver as diferenças!!!

Afinal, parece que continuamos, como constatava António Quadros, a ter uma elite de intelectuais que cometem o erro de “...julgar que o nacionalismo cultural se opõe ao autêntico universalismo” (ib.: 24-25).

Ninguém quer que os portugueses sejam um povo à parte dos outros povos, que se deixem ensimesmar num passado que já não lhes pertence e num futuro que não se vislumbra. O que se espera do povo português é que os seus intelectuais conheçam muito bem o que se faz lá fora, contudo

“...ele só será um pensador, só será um filósofo, só será um escritor original, na forma como no conteúdo se fizer destas obras meios e não fins, contributos mais ou menos

relevantes para a expressão da sua própria visão da realidade, necessariamente, diversa porque é o outro o indivíduo, é outro o tempo, é outro o ambiente, numa palavra é outra, a circunstância” (ib.: 34-35).

4. A interrogação leva ao progresso e os decisores da política universitária portuguesa ao longo dos tempos, pouco se têm interrogado. A questão que põem tem sido sempre a mesma: virados para fora, de costas voltadas para o seu povo, vão escolhendo os modelos pedagógicos e a forma de organização que estiverem mais em voga no estrangeiro culto. Já tivemos vários ciclos. Agora, como é óbvio, somos invadidos pela tecnologia e preocupamo-nos com a eficácia e o saber fazer. O saber ser, vem por acréscimo, e o saber onde se está e onde se pertence, é-lhes totalmente alheio, esquecendo-se que “O autêntico filósofo actual assimila os ensinamentos livrescos à sua própria experiência humana, à experiência da sua individualidade inconfundível, à experiência da sua pátria inconfundível, à experiência do seu tempo inconfundível” (ib.: 36). Os portugueses têm muita dificuldade em se suportarem. Possivelmente por o nosso país ser pequeno, aqueles que se destacam, bem ou mal, não querem perder o seu protagonismo, e no caso do conhecimento, fecham-se numa carcaça de erudição importada na exacta medida em que desconhecem a realidade concreta onde trabalham e agem.

Na Universidade portuguesa o pensamento crítico não é cultivado e nos raros casos em que isso acontece, melhor seria nada se passar, uma vez que apenas se trabalha e critica teorias e sistemas que nos são alheios. Ou seja, a Universidade portuguesa, como a restante sociedade mais esclarecida, por culpa própria, continua entranhada de “estrangeirados” e suportada em “estrangeirismos” que nada dizem à maneira de ser e estar do nosso povo.

Como pedagogo atento, António Quadros percebeu que “A educação não exclui a instrução desenvolvida até ao extremo” (ib.: 66). A educação é um todo do qual a instrução representa uma parte, ou como poeticamente nos recorda “...a instrução está para a educação como a técnica está para a arte” (ib.: 66).

O problema da educação em Portugal, e especialmente da educação universitária, é não ter em conta a realidade nacional. Os decisores nesta área não se apercebem que “...cada homem está aqui e agora – e a educação deve adaptar-se a este *estar aqui e agora*, evitando as generalizações e as planificações que se dirigem a um homem abstracto, intemporal e inespacial” (ib.: 70).

Basta ver que mesmo após o alargamento da rede universitária, ocorrida há algumas décadas, persiste a dificuldade em completar quadros docentes de forma razoável e segundo os critérios exigidos. Os nossos decisores continuam sem perceber que

“Não pode haver acção educativa válida que se não faça em bases etnoculturais, que não tome em linha de conta o génio inconfundível de cada nação, expresso pela sua língua, pela sua arte, pela sua literatura, pelos seus costumes, pela sua filosofia, pela sua religião, isto é, pelo que nela é espírito e não matéria” (ib.: 78).

E a nossa nação é Portugal, muito embora os alunos portugueses continuem a entrar e a sair

das universidades nacionais sem se aperceberem que realmente assim é.

5. Para se edificar um sistema educativo de forma eficaz é necessário perceber a circunstância em que se vive e a história que se partilha. Daí o lugar de charneira que o saber filosófico deve ocupar. Qualquer reforma, antes de acontecer, nasce da vontade e da sensibilidade daqueles que a propõem, e estes "...não são os professores de Matemática, Físico-Químicas, Botânica, latim ou até Português, que se encontram em condições ideais de orientar as faculdades intelectuais dos estudantes do liceu: são os professores de História e os professores de Filosofia" (ib.: 96). António Quadros estava convencido de que "O futuro da cultura portuguesa depende em grande parte dos métodos usados nas secções de História e Filosofia das Faculdades de Letras do País" (ib.: 97).

Pela leitura do texto que chamamos à colação facilmente nos apercebemos que a discussão sobre a instituição universitária e as necessárias reformas a que, no seu seio, vai sendo necessário proceder, tinham vários anos. Ou seja, o progresso da ciência e da técnica não tinham nem têm no modelo da Universidade medieval um lugar razoável a uma boa incubação. Tem sido difícil perceber, quando os tempos são de mudança, que o futuro só pode ser prometededor se o presente for capaz de adequar a herança e a inovação, tal como acontecia na época medieval, altura em que

"...a educação do homem [se] realizava [...] nas duas instâncias do interesse individual, e do interesse universal [...]: a primeira correspondente à preparação profissional, tinha como esfera a corporação; a segunda, correspondente ao saber e à missão universal deste saber, tinha como esfera a universidade" (ib.: 123).

Para António Quadros tornava-se evidente que a Universidade Portuguesa deveria proporcionar o apuramento da arte de pensar tendo como finalidade última a elevação do ser humano. Por si só e ao mesmo tempo, a Filosofia forneceria ao sistema geral do ensino as regras para um discurso adequado (Lógica), um campo alargado de problematização dos vários epistemas (Gnoseologia), as bases para uma adequada acção humana (Ética) e, também, uma visão de conjunto sobre o ser enquanto Ser (Metafísica).

6. António Quadros cedo percebeu que o problema da Universidade em Portugal era – e continua a ser - igual ao problema da Universidade nos outros países. Entre nós, o iluminismo e o enciclopedismo marcou a reforma de Pombal e o positivismo introduzido por Teófilo Braga no Curso Superior de Letras de Lisboa em 1870, ganhou novo fôlego junto ao cientismo promovido com a reforma da República ocorrida em 1911 que levou à criação das Universidades de Lisboa e do Porto. Ora, ao longo destes processos, a unidade que a Filosofia garantia aos estudos universitários foi diminuindo, vítima, ainda, do especialismo galopante que se instalou no seu próprio seio.

Como, nas palavras do nosso pensador "A universidade abandonou a verdade para servir a utilidade" (ib.: 125), era necessário procurar o equilíbrio para uma instituição secular que tardava em reencontrar uma matriz capaz de preservar a tradição na exacta medida em que deve ser decisiva para a afirmação da modernidade.

Noutros locais como França, Itália, Espanha... intelectuais de renome como Jean Wahl, B. Croce ou Ortega y Gasset, criaram Institutos fora da Instituição universitária para poderem continuar a linha da universalidade do saber. Entre nós a crítica à Universidade era tão intensa que misturava razão e emoção e, por razões de vária ordem, pedia-se que o Estado desonerasse os portugueses do seu funcionamento e, portanto, que as fechasse.

Mas, de uma forma mais séria, houve quem defendesse que a unidade da Universidade poderia ser garantida por um Instituto ou Faculdade de Filosofia que seria responsável pela agregação de todos os saberes e retomaria a dimensão cultural da instituição, pois os alunos de todos os cursos teriam a obrigação de frequentar disciplinas aí leccionadas. É o caso de Leonardo Coimbra, que em 1919 fundou e dirigiu a primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e dos seus discípulos Álvaro Ribeiro e Agostinho da Silva, derivando este último para um Instituto de Teologia.

António Quadros não se revia nos Institutos extra-universitários, porque a seu ver, serviam apenas a uma pequena elite. Para si a unidade do saber devia ser mantida pela Universidade que é, digamos assim, garantia de uma maior democratização do mesmo. Também não concordava com os seus concidadãos sobre o papel central da Faculdade de Filosofia. Isto porque ao tempo, a Filosofia não só se encontrava nas Faculdades de Letras como ainda partilhava a formação com a História. O curso designava-se Histórico-Filosóficas e, assim, as Faculdades de Letras e o curso de Histórico-Filosóficas eram tão fragmentados e estavam sujeitos a um ensino tão técnico como os cursos de ciências, engenharias ou medicina.

Em alternativa propunha

“...não um Instituto de Cultura exterior à universidade, não uma Faculdade de Cultura ou de Filosofia, hierarquicamente acima das outras Faculdades e separada delas – mas um Instituto ou uma Faculdade Central de Cultura Superior, que todos os universitários deveriam frequentar, paralelamente aos cursos das suas respectivas Faculdades.’

‘Essa Faculdade, que realmente centralizaria a unidade da cultura nacional, incluiria, não apenas disciplinas de índole propriamente cultural ou filosófica, mas também disciplinas integradoras do saber especializado numa concepção mais vasta” (ib.: 134).

Esta proposta é realmente diferente das referidas anteriormente, uma vez que esta Faculdade não estava na cúpula do sistema universitário. Ela era paralela às outras Faculdades, tendo, contudo, praticamente os mesmos objectivos e iguais finalidades das propostas pelos seus correligionários, a saber, promover e garantir a unidade do saber:

“...num Instituto Central de Cultura Superior ao lado das disciplinas obrigatórias, através das quais se procurará ministrar um saber teórico racionalmente ordenado, nas suas ramificações do pensar, do sentir e do querer, deverão figurar as disciplinas facultativas, que dentro da Universidade, dão ao estudante a possibilidade de uma liberdade de escolha, não apenas de temas como de mestres. O corpo doutrinário que poderia

constituir o núcleo central da Universidade, o seu coração, o catalizador de todos os seus fragmentos. O sistematizador de todas as suas especializações consistiria nas ideias explícitas e implícitas na cultura portuguesa, isto é, no que de actual, de original, de vivo, a nossa filosofia, a nossa arte, a nossa literatura, numa palavra, o nosso espírito, possam oferecer, no diálogo com as outras culturas europeias” (ib.: 139).

Para servir neste Instituto impunha-se escolher mestres “...entre os que têm expresso o seu pensamento na nossa filosofia, na nossa arte, na nossa literatura” (ib.: 142). As aulas ou seminários deveriam decorrer no diálogo permanente entre o Mestre e o aluno. O diálogo era o suporte da pedagogia que melhor serviria a este Instituto aglutinador dos saberes, correspondente ao método socrático que as novas pedagogias tanto apregoam e tão mal compreendem.

Tradicionalmente, mesmo que de forma incipiente, as Universidades em Portugal tentaram valorizar o saber humanístico e cultural, mas as mudanças mais recentes introduziram uma acentuada fragmentação nos currículos, em desprezo total por qualquer ideia de unidade. As disciplinas que garantiam um pensamento sobre a totalidade do saber e o significado da cultura, também se fragmentaram e no desespero de sobreviverem nos novos currículos, reduziram-se a um especialismo confrangedoramente utilitário e interesseiro.

Para o nosso autor era suposto que um professor universitário fornecesse mais ciência/saber do que pedagogia, mas hoje em dia, como os alunos universitários não estão disponíveis nem preparados para a aquisição da ciência/saber, exige-se que os professores revelem óptimas capacidades pedagógicas e que cientificamente sejam “vagos”.

7. No final do nosso excursão, são diversas as conclusões que podemos apresentar: as crises da Instituição Universitária vêm ocorrendo, com alguma frequência, desde o século XVIII; Portugal não tem fugido a essa regra; António Quadros situa a sua reflexão sobre a Universidade em Portugal na linha especulativa da designada *Escola Portuense*, que, no que concerne à pedagogia, teve em Leonardo Coimbra o expoente máximo; Esta *Escola* considera a educação, no seu todo, como *Paideia*; a Universidade deve firmar-se pelo primado da ontologia, espírito, sobre a gnoseologia, razão (a ordem do ser deve impor-se à ordem do conhecer); a Universidade portuguesa acentuou os seus problemas com o ensino enciclopédico e estrangeirado promovido a partir de Pombal, a que se associou o positivismo e o cientismo na transição do século XIX para o século XX; em Portugal nunca se pensou a Universidade de acordo com as especificidades do seu povo; a fragmentação do ensino desinstalou o homem da unidade de que provém; é necessário juntar tradição e inovação para agregar de novo o saber que se encontra disperso; o Instituto ou a Faculdade Central de Cultura Superior agregaria os conhecimentos e proveria a que o homem voltasse a cultivar a totalidade de que perdeu a referência; a Universidade para além de instruir deveria preocupar-se em formar as elites; o saber, só por si, não garante a sabedoria, mas ajuda a alcançá-la.

Bibliografia

1. Principal

Quadros, A. (1956). *A angústia do nosso tempo e a crise da universidade*. Lisboa: Cidade Nova.

2. Outra

AA. VV. (coordenação de Walter Rüegg) (1996). *Uma história da Universidade na Europa*, 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Antunes, M. S J (2005). *Obra completa – tomo II. Paideia: educação e sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Coimbra, L. (1983). Problema da educação nacional. In *Obras de Leonardo Coimbra* (Vol. II). Porto: Lello & Irmão, 919-954.

Eiras, A. (1989). *Faculdade de Letras do Porto 1919-1931, contribuição bibliográfica para a sua história*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Gomes, P. (2006). *A 'Escola Portuguesa'. Uma introdução histórico-filosófica*. Porto: Caixotim.

Manso, A. (2005). O projecto de reforma do ensino superior no Movimento da Renovação Democrática (1932). In *Actas do VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia*. Braga: CIEd/IEP – UM, 2873-2884.

Morujão, A. F. (1992). "Universidade", em *Logos – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia* (Vol. 5). Lisboa/S. Paulo: Verbo, cols 332-336.

Patrício, M. F. (2002). O problema da educação na Renascença Portuguesa. In *Actas do Congresso Internacional Pensadores Portuenses Contemporâneos* (Vol. I). Lisboa: UCP – Centro Regional do Porto/IN-CM, 367-381.

Pina, L. (1968). *Faculdade de Letras do Porto - breve história -*, separata de *Cale* - Revista da Faculdade de Letras do Porto.

Quadros, A. (1988). Leonardo Coimbra e os seus discípulos. *Nova Renascença*, 8 (29), 14-30.

Ribeiro, Á. (2004). Inquérito sobre a Universidade. In *Dispersos e inéditos* (Vol. I). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 139-145.

Santos, D. (1982). Linha geral da nova Universidade. *Obras completas* (Vol. II, 2ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 373-390.

Vilela, L. (2009). *A problemática sobre a universidade e o ensino nos inícios do Estado Novo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.